



Estado do Rio Grande do Sul MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES PODER EXECUTIVO

Of. nº 89/2015 - GAB/PL

Bento Gonçalves, 06 de outubro de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Ilustres Vereadores integrantes dessa Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei nº <u>148</u> que "ACRESCE CARGOS NO QUADRO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO MUNICÍPIO".

Através da Lei Complementar nº 77/2004 foram criados 55 cargos para categoria funcional de Pedagogo, e após a Lei Municipal nº 5403/2011, foram acrescidos mais 10 cargos da categoria funcional.

Acontece que até o momento todos os cargos estão ocupados, e o aumento se faz necessário para suprir necessidades das Escolas Municipais.

A categoria funcional de Pedagogo é dividida em duas funções, o orientador educacional e o supervisor escolar.

O orientador educacional, uma especialidade do pedagogo, que pode ser obtida através de cursos de habilitação, incorporada ou não à licenciatura em pedagogia, ou através de especialização.

Ele atua junto ao corpo discente das instituições de ensino, acompanhando as atividades escolares, bem como o desempenho do estudante, seja em termos de rendimento ou de comportamento.

Seu trabalho tem como objetivo principal assessorar o estudante no que diz respeito a sua vida estudantil, promovendo atividades que o auxiliem na busca por informações e soluções em questões relativas ao andamento do curso, suas escolhas e o planejamento de estudos e carreira.

A Sua Excelência o Senhor Vereador VALDECIR RUBBO Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Palácio 11 de Outubro

Palacio II de Outubio

Nesta Cidade



Estado do Rio Grande do Sul MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES PODER EXECUTIVO

Já o supervisor escolar, visa acompanhar o aluno com ajuda de professores, para um bom desenvolvimento do ensino-aprendizagem, bem como ajuda no fornecimento de materiais alternativos, para tornar conteúdos mais atrativos visando sempre uma melhoria na aprendizagem, e ainda procura soluções para situações que permeiam o relacionamento aluno-professor, pois é uma pessoa apta e disponível para atender problemas individuais, bem como elevar os bons trabalhos realizados.

Foi feito impacto orçamentário financeiro (em anexo), o qual teve resultado positivo, pois não será comprometido o orçamento, uma vez que continuará dentro dos parâmetros legais.

E de acordo com os valores projetados, há previsão de saldo orçamentário e financeiro para a realização da respectiva despesa de pessoal.

Sem mais e confiando na aprovação da matéria, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente.

JILHERME RECH PÁSIN Prefeito Municipal



URA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES CTO ORÇAMENTARIO E FINÂNCEIRO	Nomeação de Pedagogos	CTO: 25/09/2015	2015	N°: 009 ANO: 2015
PREFEITURAL	Ž	DATA DA ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA DE IMPACTO:	EXERCÍCIO EM QUE A AÇÃO ENTRARÁ EM VIGOR:	

A - MOTIVAÇÃO E COMPENSAÇÃO				
Motivação do impacto (informar o código da legenda abaixo)	Gastos previsto	Gastos previstos no exercício que entrar em vinor e nos dois	e entrar em vigor	and and
9		subseduentes	e entral entryigol intes	
Motivação do impacto - Legenda	FONTE	2015	2016	2017
1 - Criação, expanção ou aperfeiçoamento de ação governamental (LC 101, art. 16)	20	80.565,95	357.981,37	393.779,51
2 - Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LC 101, art. 17)				
3 - Renúncia de Receita (LC 101, art. 14)				
4 - Reconhecimento ou confissão de dívida (LC 101, art. 29, §1º)				
5 - Benefícios da Seguridade Social (LC 101, art. 24)	Fonte específica		1	
6 - Gastos com pessoal (LC 101, art. 21)	(descrição)	Ľ	Recursos MDE	

×		r	1
	2017	393.779,51	
	2016	357.981,37	
	2015	80.565,95	
	FONTE	20	

✓ Aumento permanente de Receitas
 ✓ Redução permanente de despesas
 ✓ Aproveitamento da margem de expansão das D.O.C.C

B - MECANISMO DE COMPENSAÇÃO

🗌 A despesa não se enquadra no conceito de despesa obrigatória de caráter continuadona ou pessoal, sendo dispensados os mecanismos de compensação.





Fortie 00201-806	ESTIMATIVA DE SAI DOS EINANCEIDOS DOD FONTE DE DECLIDEOS				
1.02 61.1 59 1.02 61.1 59 1.02 61.1 59 1.02 61.1 59 1.02 61.1 59 1.02 61.1 59 1.02 61.1 59 1.02 61.1 59 1.02 61.1 59 1.02 61.1 59 1.02 61.1 59 1.02 61.1 59 1.02 61.0 59 1.02	ESTIMATIVA DE SALDOS PINANCEIROS POR PONTE DE RECORSOS	2015	2016	2017	
1200 to exercicio antelinor de despesa ou renuncia de receila 1200 tot exercicio antelinor de despesa ou renuncia de receila 1200 tot exercicio antelinor de receila 1200 tot exercicio antelinor de receila 1200 tot exercicio antelinor de receila 1200 tot exercicia 1200	Fonte 0020 - MDE			144,61	
1	Saldo do exercício anterior	1.120.611,59	1.120.611,59	1.120.611,59	
pessos - executadas e finadas PARECER SOBRE O IMPACTO FINANCERO A 35.000.00 PARECER SOBRE O IMPACTO FINANCERO A 360 osfo os or rechuluda de receita PARECER SOBRE O IMPACTO FINANCERO A 360 osfo os or rechuluda de receita Programa A ação está prevista no Diano Punianual conforme o seguinte programa governamental O Digialor A ação está prevista no LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIO COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIO A ação está prevista no LOD de exercido, conforme contrat no areas de Programa A ação está prevista no LOD de exercido, conforme contrat no areas de Programa O Digialoro A ação está prevista no LOD de exercido, conforme contrat no areas de Programa O Digialoro A ação está prevista no LOD de exercido, conforme contrat no areas de los de legis as estabilidades A ação está prevista no LOD de exercido, conforme contrat no areas de legis as envidores celetistas e estabilidado COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS A ação está prevista no LOD de exercido, conforme contrat no areas de legis as envidores celetistas e estabilidado COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS A ação está prevista no LOD do cercido, conforme contrat no areas de los organistados de Conforme contrat no areas de legis as ação está prevista no LOD O RoçAMENTO Projeto de Lei para inclusão no LOD A desposa decorrente da execução da ação está prevista no Los do Conforme de recusido da ação está prevista no Los de recusido da ação está prevista no Los do Conforme de recusido da ação está prevista no Los do Conforme de recusido da ação está prevista no Los do Conforme de recusido da ação está prevista no Los do Conforme de recusido da ação está prevista no Los do Conforme de recusido da ação está prevista no Los do Conforme de recusido da ação está prevista no Los do Conforme de recusido da ação está prevista no Los do Conforme de recusido da ação está prevista no Los do Conforme de recusido da ação está prevista no Los do Conforme de recusido da ação do Conforme de recusido da	Receitas (ingressos) - previsão	39.566.000,00		47.874.860,00	
rento de despesa ou renuncia de receita ridas compensatorias PARECER SOBRE O IMPACTO FINANCEIRO T12061159		39.566.000,00		47.874.860,00	
San Delication Parecer Sobre 1720 61139 1720 6113	Aumento de despesa ou renúncia de receita	80.565,95	357.981,37	393.779,51	
PARECER SOBRE O INPACTO FINANCEIRO rido em vista os mecanismos de compensação e a exclusivade de utilização do recurso na área da Educação, o presente gasto es dos parametros e limites orçamentários e financeiros. COMPATIBILIDADE COM O PPA, LDO E LOA E INPACTO ORÇAMENTÁRIO COMPATIBILIDADE COM PLANO PLURIANUAL. Asção está prevista no Plano Pla	Medidas compensatórias	80.565,95	357.981,37	393.779,51	
ndo em vista os mecanismos de compensação e a exclusiv dos parametros e dos parametros e dos parametros e dos parametros e comPATIBILIDADE COM O PPA, LDO E LOA E IMPACTO O COMPATIBILIDADE COM PLANO PLURIANUAL A ação está prevista no Plano Plurianual conforme o seguinte programa goverr A ação está prevista no Plano Plurianual COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMEI A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas . A ação não encontra previsão em nenhuma das metas e prioridades da LDO. Projeto de Lei para in COMPATIBILIDADE COM A LEI DO ORÇAMENTO A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento o Pro	Saldo final	1.120.611,59	1.120.611,59	1.120.611,59	
A ação não encontra previsão em nenhuma das metas e prioridades da LDO. COMPATIBILIDADE COM O PPA, LDO E LOA E IMPACTO O COMPATIBILIDADE COM PLANO PLURIANUAL A ação está prevista no Plano Plurianual conforme o seguinte programa goverr A ação está prevista no Plano Plurianual conforme o seguinte programa goverr COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMEI A ação não encontra previsão em nenhuma das metas e prioridades da LDO. Projeto de Lei para in COMPATIBILIDADE COM A LEI DO ORÇAMENTO A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento o Profesora de corrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento o Formanto o Compatina de contra da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento o Formanto o Compatina de contra da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento o Formanto o Compatina de contra da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento o Formanto o Compatina de contra da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento o Formanto o Compatina de Com	PARECER SOBRE O IMPACTO) FINANCEIRO	## 1700 1700 1700 1700		
dos parametros e limites orgamentários e isomPATIBILIDADE COM O PPA, LDO E LOA E IMPACTO ORÇAMENTÁRIO COMPATIBILIDADE COM PLANO PLURIANUAL A ação está prevista no Plano Plurianual conforme o seguinte programa governamental: Programa: Objetivo: Ação: A ação está prevista no Plano Plurianual. COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Priojdades: Projetivo: A ação não encontra previsão em nenhuma das metas e prioridades da LDO. Projeto de Lei para inclusão na LDO COMPATIBILIDADE COM A LEI DO ORÇAMENTO A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em vigor: Projeto/Atividade: ZOS Saldo Atual: Fonte de recurso: Saldo Atual:	Tendo em vista os mecanismos de compensação e a exclusivade de utilização	do recurso na área da Educação, o	presente gasto e	stá dentro	
COMPATIBILIDADE COM O PPA, LDO E LOA E IMPACTO ORÇAMENTÁRIO R ação está prevista no Plano Plurianual conforme o seguinte programa governamental: Programa: Objetivo: A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Priograma: COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Priograma: Objetivo: A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Priograma: Objetivo: A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Priograma: Objetivo: A eção está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Priograma: Programa: Objetivo: A eção está prevista na LEI DO ORÇAMENTO A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em vigor: Projeto/Atividade: Entre de recurso: Saldo Atual: Entre de recurso: Saldo Atual:		ários e financeiros.			
A ação está prevista no Plano Plurianual conforme o seguinte programa governamental: Programa: Objetivo: Ação: A ação não encontra previsão em nenhum dos programas do Plano Plurianual. COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS A ação não encontra previsão em nenhuma das metas e prioridades: Debjetivo: A ação não encontra previsão em nenhuma das metas e prioridades da LDO. Projeto de Lei para inclusão na LDO COMPATIBILIDADE COM A LEI DO ORÇAMENTO A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em vigor: Projeto/Atividade: Projeto/Atividade: Z205-1 Fonte de recurso: Saldo Atual:	II - COMPATIBILIDADE COM O PPA, LDO E LOA E IMPACTO ORCAMENTÁRIO				
A ação está prevista no Plano Plurianual conforme o seguinte programa governamental: Deligetivo: Ação: A ação não encontra previsão em nenhum dos programas do Plano Plurianual. Projeto de Lei para inclusão no PPA	COMPATIBILIDADE COM PLANO PLURIANUAL				
Programa: Objetivo: Ação: Ação: - COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS A ação não encontra previsão em nenhuma das metas e prioridades: Projeto de Lei para inclusão no PPA COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Prioridades: Objetivo: Ação: Ação: Projeto de Lei para inclusão na LDO Projeto de Lei para enclusão na LDO Projeto Atual: Saldo Atual:	✓ A ação está prevista no Plano Plurianual conforme o seguinte programa governamental:				
Objetivo: Ação: Ação: Ação: - COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Prioridades: Programa: Objetivo: A ação está previsão em nenhuma das metas e prioridades da LDO: Projeto de Lei para inclusão na LDO Projeto de Lei para inclusão na LDO A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em vigor: Saldo Atual: Fonte de recurso: Saldo Atual:	Programa: T	Administração do Sistema	Governamental		
Ação: - COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - A ação não encontra previsão em nenhuma das metas e prioridades: - COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Prioridades: - COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - COMPATIBILIDADE COM A LEI DO ORÇAMENTO - COMPATIBILIDADE COM A LEI DO ORÇAMENTO - A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em vigor: - Fonte de recurso: - Saldo Atual: - Saldo Atual:	Objetivo:	Remunerar os servidores cele	stistas e estatutário	S	
A ação não encontra previsão em nenhum dos programas do Plurianual. - COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Prioridades: - COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - A ação não encontra previsão em nenhuma das metas e prioridades da LDO. - Projeto de Lei para inclusão na LDO - COMPATIBILIDADE COM A LEI DO ORÇAMENTO - A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em vigor: - Rojeto/Atividade: - Saldo Atual: - Saldo Atual:	☐ .ogo. Pogo.	Remuneração, encargos e dir	eitos dos servidore	S	
- COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Prioridades: Objetivo: Ação: Ação: Projeto de Lei para inclusão na LDO Projeto de Lei para inclusão na LDO Projeto de Lei para inclusão na LDO Projeto de Lei para enclusão na LDO Projeto de Lei para enclusão na LDO Projeto/Atividade: Z005-1 Fonte de recurso: Saldo Atual:	A ação não encontra previsão em nenhum dos programas do Plano Plurianual. Projeto de Lei para inclusão no PPA				
A ação está prevista na LDO do exercício, conforme consta no anexo de Metas e Prioridades: Objetivo: Ação: Ação: Rojeto não encontra previsão em nenhuma das metas e prioridades da LDO. Projeto de Lei para inclusão na LDO Saldo Atual:	11.				
A ação esta prevista na LDO do exercício, contorme consta no anexo de Metas e Profidades: Projetivo: Ação: Ação: Projeto de Lei para inclusão na LDO Projeto de Lei para inclusão na LDO Projeto de Lei para inclusão na LDO A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em vigor: Projeto/Atividade: A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em vigor: Saldo Atual:					
Objetivo: Ação: Ação: Ação: Projeto de Lei para inclusão na LDO Projeto de Lei para inclusão na LDO Acespesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em vigor: Projeto/Atividade: Saldo Atual:	 A ação esta prevista na LDO do exercicio, conforme consta no anexo de Metas e Prioridades: Programa: 	Administração do Sistema	Governamental		
Ação: Ação: Ação: Projeto de Lei para inclusão na LDO Projeto de Lei para inclusão na LDO Accidante de corrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em vigor: Projeto/Atividade: Saldo Atual:	Objetivo:	Remunerar os servidores cele	stistas e estatutário	S	
A ação não encontra previsão em nenhuma das metas e prioridades da LDO. Projeto de Lei para inclusão na LDO COMPATIBILIDADE COM A LEI DO ORÇAMENTO A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em Projeto/Atividade: A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em Saldo Atividade:	Ação:	Remuneração, encargos e dir	eitos dos servidore	s	
Projeto de Lei para inclusão na LDO - COMPATIBILIDADE COM A LEI DO ORÇAMENTO] A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em Projeto/Atividade: Fonte de recurso: Saldo Atual:	A ação não encontra previsão em nenhuma das metas e prioridades da LDO.				_
- COMPATIBILIDADE COM A LEI DO ORÇAMENTO A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em Projeto/Atividade: Fonte de recurso: Saldo Atual:	,			<u> </u>	\ Z,
A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro em vigor: Projeto/Atividade: 2205 - Remuneração, encargos e direitos dos servidores Fonte de recurso: 20 dotação: - Saldo Atual: 4.245.150,90	C - COMPATIBILIDADE COM A LEI DO ORÇAMENTO			2	\
	✓ A despesa decorrente da execução da ação está prevista na Lei de Orçamento do exercício financeiro	em vigor:			
20	Projeto/Atividade:	2205 - Remuneração, encargos e direitos do	s servidores		
	/ / Fonte de recurso:		•		
	Saldo Atual:	4.245.150,90			
			100+0015 1500	7	

A) PESSOAL 2015 (1) Receita Corrente Líquida (Atual e Prevista) 283.842.960,03		
2015 283.842.960,03		
283.842.960,03	2016	2017
	317.904.115,23	349.694.526,76
(2) Comprometimento atual de gastos com pessoal		
95.698.961,64	110.053.805,89	126.561.876,77
(3)Percentual de comprometimento atual de gastos com pessoal		
33,72%	34,62%	36,19%
(4) Acréscimo nos gastos		
80.565,95	357.981,37	393.779,51
(5) Gastos Totais Projetados com o aumento proposto (= 2 + 4)		
Poder Executivo	110 411 787 26	126 955 656 28
em relação à uida (= 5 / 1)*100	_	
Poder Executivo 33,74%	34,73%	36,30%

×				
				ĕ
			ĕ	8
			ř	8
į,		ä	Š	Š
ø	8	ä	ă	Š,
å	ä	ä	3	Š
8	8	3	ä	Š
g	2	1	8	8
8	2	ä	ŝ	ä
£	ē	8	ź	ä
Ø	ä	ź	š	×
š	3	3	3	8
g	ø	ď	ĕ	ĕ
ŝ	S	å	2	8
ğ	ă	l	ŝ	ä
8	ä	ŝ	8	
8	E	ı	8	×
		Ö	8	8
g	ü	Ë	E	Š
g		ï	ä	8
ä	ö	ä	ä	ä
ŝ.	ŧ.	ij,	è	8
8	ě	×	ä	8
8	š	ä	2	8
		Ö	ĕ	ä
ø	f	Ŕ	ģ	Ś
Ø	Š	ń	e	ş
Ø	g	ú	ú	8
g	ĕ	3	ź	Ø
ŝ	ä	ø	d	Ø
ä	ş	8	ŝ	8
8	ŝ	ğ		0
8	ř	ú	é	Ø
8	۴	ó	ė	8
ķ	8	ø	ž	8
я	٠	۰	Ø	8
8	2	ř	×	8
8	8	×		8
8	×	ä	ř	8
å	ā	ä	š	8
B	ĕ	ø	×	ž
8	ä	ä	ĸ	8
ä	0	ž		Ø
į,	ä	Ÿ	ř	ø
	۰	6	ü	ø
ř	¥		i	ğ
	×		į	
	×			
	200			

Não será comprometido, pois continuará dentro dos parâmetros legais.

B) ENDIVIDAMENTO

- (1) Receita Corrente Líquida Prevista
- (2) Dívida Consolidada Líquida (Atual e Prevista)
 (3) Percentual atual em relação à Receita Corrente Líquida (= 2 / 1)*100
 (4) Aumento da Dívida Consolidada Líquida
 (5) Dívida Consolidada Líquida com o aumento proposto (= 2 + 4)
- (6) Percentual projetado da DCL, com o aumento proposto, em relação à Receita Corrente Líquida (= 5 / 1)*100

2015	2016	2017
283.842.960,03	317.904.115,23	349.694.526,76
00'0	00'0	00'0
%00'0	%00'0	%00'0
00'0	00'0	00'0
00'0	00'0	00'0
0,00%	0,00%	0,00%

PARECER SOBRE O LIMITE DE ENDIVIDAMENTO

Não será comprometido, pois continuará dentro dos parâmetros legais.





PARECER FINAL

De acordo com os valores projetados, há previsõ de saldo orgámentário e financeiro para a realização da respectiva despesa de pessoal.

UND PROUBLE

Secretário de Finanças

ALISSANDRO BITTENCOURT FONTOURA

Contador - CRC/RS 86681

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Eu, GUILHERME RECH PASIN, prefeito municipal de Bento Gonçalves, no uso de minhas atribuições legais, em cumprimento Ordenador de Despesas, e à vista da referida estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro, **DECLARO** existir recursos para a às determinações do Inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na qualidade de execução da ação pleiteada.

Declaro, ainda, que a execução da ação acima referida não contraria nenhum dispositivo legal, notadamente da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e demais leis em vigor, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal e Resoluções do Senado Federal.

Por se tratar de despesa obrigatória de caráter continuado, nos termos do art. 17, § 5º da LRF, declaro, também, que nenhuma das ações previstas será executada antes da implementação do mecanismo de compensação indicado na **letra A**.

Bento Gonçalves, 23 de setembro de 2015.

GUILHERME RECH PASIN

Prefeitø Municipal



Estado do Rio Grande do Sul MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES PODER EXECUTIVO

PROJETO DE LEI Nº 48, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

ACRESCE O NÚMERO DE CARGOS NO QUADRO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO MUNICÍPIO.

Art.1º Fica acrescido os números de cargos no Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo, conforme tabela abaixo:

CATEGORIA FUNCIONAL	CARGOS	CARGA HORÁRIA	PADRÃO
Pedagogo	12	20 hrs	N3

Art. 2º A progressão na carreira dos cargos criados pela presente Lei obedecerá aos mesmos critérios definidos na Lei Complementar nº. 77, de 22 de dezembro de 2004 com suas posteriores alterações.

Art. 3º As atribuições dos cargos da categoria funcional acima descrita são as constantes no Anexo I.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei serão atendidas por recursos do orçamento vigente em dotações orçamentárias próprias.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos seis dias do mês de outubro de dois mil e quinze.

publicação.

GUILHERME RECH PASIN Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES PODER EXECUTIVO ANEXO I

CATEGORIA FUNCIONAL

PEDAGOGO (SUPERVISOR ESCOLAR; ORIENTADOR EDUCACIONAL)

Quadro Geral Descrição sintética e analítica

Síntese dos deveres: Participar da elaboração, execução e avaliação do Plano Global da Escola assegurar a unidade da ação pedagógica com vistas à consecução dos objetivos propostos; integrar o planejamento do serviço de Supervisão Escolar e Orientação Educacional no Plano Global da Escola; exercer atividades permanentemente, de diagnóstico, acompanhamento, controle e avaliação do processo ensino-aprendizagem; assessorar a direção no que lhe for pertinente; promover e participar de reuniões, sessões de estudo, encontros, palestras, seminários ou outros; propiciar condições favoráveis, necessárias ao aprimoramento da ação docente; organizar e manter atualizado o arquivo das diretrizes curriculares, dos planos de ensino e outros documentos; acompanhar e assessorar as atividades do corpo docente em questão de currículo, métodos, técnicas e integração entre os conteúdos específicos; organizar, divulgar e manter atualizado o controle de atividades, do calendário escolar e das reuniões pedagógicas; manter contato direto e permanente com o Serviço de Orientação Educacional, conjugando esforços que visem a melhoria do processo ensino-aprendizagem da escola; estudar o currículo do aluno transferido, com vistas a aproveitar estudos, programando, se necessário, estudos de adaptação; colaborar, orientar e acompanhar o processo de adaptação e recuperação; elaborar calendário escolar com a participação do vice-diretor; distribuir a carga horária para cada componente curricular das áreas de estudo; organizar o horário escolar em conjunto com o vice-diretor; participar do processo de integração escola-famíliacomunidade; apresentar relatório anual ao diretor; planejar e coordenar as reuniões do conselho de classe; assistir o aluno, individualmente ou em grupo, encaminhando a outros especialistas os carentes de tratamento especial; atuar junto às turmas, orientando-as na escolha de seus representantes, atribuindo-lhes funções e acompanhando sua atuação; colaborar com as instituições e serviços; manter a documentação do serviço atualizada; organizar palestras e encontros

Carga horária e condições de trabalho

Carga horária: 20(vinte) horas semanais. Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Escolaridade

Escolaridade: Graduação em Pedagogia ou Curso de Pós-Graduação completo em Supervisão Escolar ou Curso de Pós-Graduação completo em Orientação Educacional.

Forma de recrutamento e Idade

Førma de recrutamento: Concurso Público

ldade mínima: 18 anos completos